

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 11/02/2020.

ESDRAS CORDEIRO CHAVANTE

**A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE
EM TAVARES BASTOS E ROBERT KALLEY (1855-1876)**

ASSIS

2019

ESDRAS CORDEIRO CHAVANTE

**A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE
EM TAVARES BASTOS E ROBERT KALLEY (1855-1876)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador(a): Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ASSIS

2019

C512c Chavante, Esdras
A Construção da Modernidade em Tavares Bastos e Robert Kalley (1855-1876) / Esdras Chavante. -- Assis, 2019
221 f. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Ivan Esperança Rocha

1. Modernidade. 2. Progresso. 3. Protestantismo. 4. Aureliano Cândido Tavares Bastos. 5. Robert Reid Kalley.
I. Título.

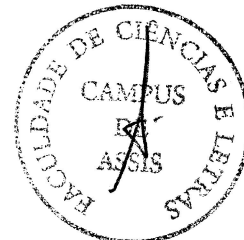
Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE EM TAVARES BASTOS E ROBERT KALLEY
(1855-1876)

AUTOR: ESDRAS CORDEIRO CHAVANTE
ORIENTADOR: IVAN ESPERANÇA ROCHA



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. IVAN ESPERANÇA ROCHA
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. ANDRÉA LUCIA DORINI DE OLIVEIRA CARVALHO ROSSI
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS BARREIRO
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. ITALO DOMINGOS SANTIROCCHI
UFMA / São Luís

Prof. Dr. MAURÍCIO DE AQUINO
UENP / Jacarezinho

Assis, 11 de fevereiro de 2019

AGRADECIMENTOS

À minha Inês:

“Nem muitas águas conseguem apagar o amor...” Cântico dos Cânticos 8:7.

Aos queridos Esdras e Charlene, Eduardo e Cláudia e Amanda e Alysson:

“Os filhos são herança do Senhor, uma recompensa que ele dá.” Salmos 127:3

Aos preciosos e amados João Victor e Bernardo:

“a sua fidelidade permanece por todas as gerações.” Salmos 100:5

Obrigado, meu Deus, pela oportunidade de participar e chegar ao fim de tão significativo processo de construção e aprimoramento pessoal.

Aos meus pais, Domício Cordeiro Chavante e Joana Darc da Silva Chavante, por me ensinarem a amar a Deus e às letras.

Impossível expressar a gratidão ao professor Dr. Ivan Esperança Rocha, que aceitou, pela segunda vez, o desafio me orientar nos escorregadios caminhos da pesquisa, depositando sua inestimável confiança em mim. Sua tranquilidade e equilíbrio me fortaleceram neste último ano. Sou grato por todo apoio e incentivo.

Reverencio os professores e as professoras do Departamento de História por compartilharem suas experiências e conhecimentos, através dos quais, pude ampliar a visão e a percepção sobre a História e descobrir o prazer da construção do conhecimento histórico.

Sou grato aos professores Dr. José Carlos Barreiro e Dr. Ítalo Domingos Santirocchi. Seus comentários e observações no Exame de Qualificação enriqueceram esta pesquisa. Indo além, me honram com a participação na banca de defesa desta tese.

Estendo meus agradecimentos à professora Dr^a Andrea Lucia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, e aos professores Dr. Lyndon de Araújo Santos, Dr. Maurício de Aquino, Dr. Ricardo Gião Bortolotti, e Dr. Sergio Prates Lima, também integrantes da Comissão Examinadora deste trabalho.

Aos funcionários do Departamento de História e da secretaria da Pós-Graduação pelo apoio e suporte à pesquisa e nos trâmites documentais.

Nesta jornada, pude compartilhar descobertas e muitas dúvidas com companheiros que se fizeram amigos: *Ninguém solta a mão de ninguém!*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ah! Não valia à pena termos feito tantas revoluções para chegarmos a este progresso!

Aureliano Cândido Tavares Bastos

[...] não sou, nem nunca fui missionário, de qualquer indivíduo ou associação de indivíduos, de qualquer nação.

Robert Reid Kalley

CHAVANTE, Esdras Cordeiro. **A Construção da Modernidade em Tavares Bastos e Robert Kalley (1855-1876)**. 2019. 200 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que analisou a emergência do discurso de modernização do país, no século XIX, tendo o período de 1855-1876 como recorte temporal. Pretende-se conhecer e compreender as razões e motivações da imbricação e possíveis articulações entre as concepções de progresso de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) e seu projeto de modernidade e o tipo de protestantismo, em processo de inserção, representado por Robert Reid Kalley (1809-1888). O pensamento de Tavares Bastos foi investigado a partir de sua produção bibliográfica e sua biografia, cotejadas por outras obras a seu respeito. A atuação de Kalley durante sua permanência no Brasil, foi compulsada através de pesquisa, sistematização e análise dos dados obtidos nos periódicos em circulação no período, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Em paralelo, a bibliografia disponível foi utilizada para sanar dúvidas e preencher lacunas identificadas após a compilação dos dados. Como aporte teórico, recorreremos ao instrumental interpretativo da noção de campo, segundo Pierre Bourdieu e ao par conceitual espaço de experiência e horizonte de expectativa, desenvolvidos por Reinhart Koselleck. O objetivo final é demonstrar o alinhamento do protestantismo com o discurso de progresso no recorte espaciotemporal da pesquisa, dando visibilidade às suas ações modernizadoras.

Palavras-chave: Modernidade. Progresso. Protestantismo. Aureliano Cândido Tavares Bastos. Robert Reid Kalley.

CHAVANTE, Esdras Cordeiro. **The Construction of Modernity in Tavares Bastos and Robert Kalley (1855-1876)**. 2019. 187 p. Thesis (Doctorate in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

This work presents the results of the research that analyzed the emergence of the discourse of modernization of the country in the nineteenth century, with the period 1855-1876 as a temporal cut. It is intended to know and understand the reasons and motivations of the imbrication and possible articulations between the conceptions of progress of Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) and his project of modernity and the type of Protestantism, in process of insertion, represented by Robert Reid Kalley (1809-1888). The thought of Tavares Bastos was investigated from his bibliographical production and his biography, compared to other works related to him. Kalley's performance during his stay in Brazil was verified through research, systematization and analysis of the data obtained in periodicals in circulation during the period, available on the Brazilian Digital Library of the National Library. In parallel, the available bibliography was used to solve doubts and fill in identified gaps after data compilation. As a theoretical contribution, we resort to the instrumental interpretive of the notion of field, according to Pierre Bourdieu and to the conceptual pair space of experience and horizon of expectation, developed by Reinhart Koselleck. The ultimate goal is to demonstrate the alignment of Protestantism with the discourse of progress in the spatiotemporal cut of research, giving visibility to its modernizing actions.

Keywords: Modernity. Progress. Protestantism. Aureliano Cândido Tavares Bastos. Robert Reid Kalley.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagens

Figura 01 – Imagem de Tavares Bastos, publicada em “O Mequetrefe”.....	98
Figura 02 - Imagem de Tavares Bastos, publicada em “O Mosquito”.....	99
Figura 03 – Recorte de O Apóstolo comentando a morte de Tavares Bastos	100
Figura 04 – Robert Reid Kalley	153
Figura 05 – Sarah Poulton Kalley	153

Tabela

Tabela 01 – Ocorrências envolvendo Robert Reid Kalley, no período de 1845 a 1886, ordenadas por periódico e ano.	170
--	-----

Gráficos

Gráfico 01 – Ocorrências envolvendo Robert Reid Kalley, por periódico.....	171
Gráfico 02 - Ocorrências envolvendo Robert Reid Kalley, por ano	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 Modernidade e Progresso nos Limites dessa Pesquisa	21
1.1 Em Busca de um Conceito de Modernidade	21
1.2 Progresso: “do que, para que, em relação a que”	28
2 O Que Há de Novo?	39
2.1 “Começava uma Nova Era”: A Degradação da Condição Colonial	40
2.2 A Descolonização	46
2.3 Entre as Regências: o Primeiro Reinado	53
2.4 A Consolidação e a Transição para o Fim: O Segundo Reinado	64
3 A Concepção de Progresso de Tavares Bastos.....	74
3.1 Resumo Biográfico.....	76
3.2 O Apóstolo do Progresso	101
3.3 As Múltiplas Faces do Progresso no Pensamento de Tavares Bastos.....	108
3.4 Progresso Material: Descentralização Política e Administrativa.....	111
3.5 Progresso Moral: Instrução Pública, Emancipação e Imigração.....	119
4 Protestantismo e Progresso.....	135
4.1 Inserção Protestante: Condições e Possibilidades.....	135
4.2 O Trabalho Pioneiro do Casal Kalley.....	141
4.3 Registros da Atuação de Kalley nos Periódicos Nacionais.....	168
CONCLUSÃO	194
REFERÊNCIAS	210

INTRODUÇÃO

A ideia de modernidade ganha relevo na sociedade brasileira a partir do século XIX, entendida como algo a ser alcançado, conquistado, com o objetivo de superar as defasagens morais, técnicas, culturais, política, religiosas e outras, vivenciadas até então. A mais imediata associação que se fazia era com o progresso.

Ao proporcionar a ideia de progresso, a modernidade promoveu o reconhecimento de alguma forma de descompasso, retardamento e mesmo atraso entre as sociedades. Somente por meio do progresso, em seus diversos aspectos, se poderia chegar ao estágio civilizacional das grandes nações europeias. O progresso abre as portas para o futuro.

Neste contexto, Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) publicou *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* (1861). O texto é um misto de diagnóstico/prognóstico; breve estudo sobre a situação nacional de então e seu potencial e possibilidades de “vir a ser” uma nação moderna.

Nele, o autor identifica “Os Males do Presente” e as mazelas nacionais com o colonizador português, uma vez que “recebíamos o ar vivificante da Europa através do Portugal empestado”. A observação da realidade termina com o desafio de enfrentar a situação e promover as transformações necessárias para o estabelecimento da modernidade, pela via do progresso. Feito o diagnóstico, surgem as “Esperanças do Futuro” na forma de um plano de trabalho que levará à superação daqueles “males”, despertando a crença nas mudanças, no progresso, olhando o futuro com mais esperança (TAVARES BASTOS, 1976c: 29-48).

As posições políticas e econômicas de Tavares Bastos denunciam as fontes essencialmente modernas de seu pensamento, repercutindo ideais da Revolução Francesa e da Independência norte-americana, e sua profunda admiração pela nação e instituições inglesas. Seu discurso expressa bem sua opção política e religiosa, alinhadas aos princípios da fé católica que, entretanto, se coadunavam com os ideais marcadamente liberais e comprometidos em promover a assimilação do “espírito do século”.

O liberalismo político de Tavares Bastos não possuía espírito revolucionário, mas reformista, propugnando pela descentralização do Estado e valorização das províncias, reformulação do sistema eleitoral e ampliação do número de votantes, renovação da representação política pela via eleitoral e fim dos cargos vitalícios. Via na monarquia constitucional o regime mais adequado ao Brasil. Sua visão econômica foi sempre livre-cambista, defendendo a inserção do país na economia mundial e a abertura do mercado nacional.

Vieira (1980) atribuiu-lhe o título de “O Apóstolo do Progresso”. É ao redor desse mote que se agregaram outros interesses como a liberdade religiosa, o abolicionismo, a descentralização política do Estado, a reforma do arcabouço legal. O estímulo à imigração foi defendido por seu potencial progressista, na expectativa de que alavancasse a produção nacional e promovesse o melhoramento técnico de nossa mão de obra. Percebe-se, nele, acentuado pragmatismo, envolvendo-se apenas com aquelas questões que, em função de sua utilidade, relacionavam-se com sua concepção de progresso.

A religião ou temas religiosos aparecem articulados às diversas esferas da realidade social. Há nele um senso de missão e de urgência, um entusiasmo quase apostólico. São frequentes as expressões e palavras com apelo religioso, de conotação teológica e referências a personagens bíblicos e da história do cristianismo.

Nutria interesse pela ética e visão de mundo protestante. Não pela fé reformada. Admirava-se com o progresso e desenvolvimento das “nações protestantes”. Por sua atuação a favor da liberdade religiosa e outros direitos dos acatólicos Tavares Bastos aproximou-se dos protestantes aos quais serviu e apoiou em diversas situações. Sua aproximação com os protestantes fez com que suspeitassem de sua conversão, o que negou veementemente: “Quem isto escreve não é um protestante” (TAVARES BASTOS, 1875: 56). Foi “acusado” de protestante por suas opiniões progressistas e modernizantes, expondo a íntima imbricação entre as questões de fé e o pensamento político e social do período.

Enquanto Tavares Bastos iniciava seus estudos jurídicos em Olinda, chegou ao Brasil o casal Robert Reid Kalley e Sara Poulton Kalley, responsável pela implantação da primeira igreja protestante com atividades em português. Após circularem pelo Rio de Janeiro, instalaram-se em Petrópolis, na vizinhança da

residência do Imperador D. Pedro II. No mesmo ano de 1855, em 19 de agosto, iniciaram uma Escola Dominical. A organização da Igreja Evangélica, posteriormente denominada Igreja Fluminense, ocorreu em onze de julho de 1858, constituída de britânicos, portugueses e um brasileiro, Pedro Nolasco de Andrade, batizado no dia da organização da Igreja.

Robert Kalley lançou-se à publicação de artigos e obras traduzidas, venda e distribuição de bíblias, livros e folhetos nas casas, lojas e oficinas, além das atividades nos lares, com ênfase especial no socorro e atendimento aos enfermos. Seu trabalho teve início com os estrangeiros residentes em Petrópolis.

Seu proselitismo e a conversão de senhoras da nobreza (LÉONARD, 1981: 51), gerou sérios problemas para Kalley, que passou a ser perseguido abertamente. Na primeira dificuldade, em maio de 1859, foi proibido de exercer sua profissão, o que o obrigou a fazer exames de convalidação de seus diplomas.

Na segunda investida, iniciada em julho do mesmo ano, sob a alegação que a tolerância religiosa garantida pela Constituição Brasileira não era tão plena que admitisse a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado, foi sugerido sua saída de Petrópolis ou a interrupção de suas atividades religiosas, além de solicitar esclarecimentos sobre a veracidade de sua expulsão das Ilhas da Trindade e Madeira.

Em sua defesa Kalley elaborou onze questões relativas à liberdade religiosa permitida no país, relacionando-as com suas atividades, e encaminhou a três conceituados juristas do Império, cujos pareceres, totalmente favoráveis, foram enviados às autoridades, juntamente com a descrição do culto que realizava. O Governo, por sua vez, concordando ou não com os pareceres dos três juristas, não levou adiante a querela, eximindo qualquer dos participantes, autóctones ou não, de culpa por partilhar desses cultos domésticos ou até mesmo de praticá-los em suas casas.

Este é considerado por muitos o precedente jurídico que possibilitou e consolidou a implantação das atividades protestantes e sua atividade proselitista voltada aos brasileiros. No desfecho desta crise, estando já estabelecida a Igreja Fluminense, começaram a chegar os pioneiros das demais igrejas e denominações evangélicas (ROCHA, 1941: 100-101).

No mesmo período, acentua-se a ação de oposição ao modelo de modernidade entendido como contrário ao projeto católico, que delineou o pontificado de Gregório XVI (1831-1846), crítico das “liberdades modernas” - liberdade de consciência, a liberdade de imprensa e o liberalismo político e econômico -, condenando os esforços e tentativas do catolicismo liberal para conciliar o catolicismo “às exigências e os ideais da civilização do século”. Reafirmou a doutrina sobre as relações da Igreja Católica com o Estado que reserva aos príncipes o dever primordial de defender a religião romana. Posicionamento mantido e ampliado durante a longa permanência de Pio IX (1846-1878) à frente da Sé romana, incentivando os bispos a “defender, e sustentar” de forma “corajosa e constante, e prudentemente, a causa da Igreja Católica e sua doutrina, direitos, e liberdades”, ideais opostos à modernidade defendida pelos liberais (VIEIRA, 2007:121).

Tal conjunto de medidas visava combater “tantos males deploráveis, tão detestáveis opiniões, tantos erros e tantos princípios absolutamente opostos à religião católica e à sua doutrina” representadas pela liberdade de consciência e de pensamento, a confiança no homem e, em sua razão, a crença de que todo o poder emana do povo e outros que constituem os pilares em que se assenta a laicização da vida, ideal insubstituível do pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX (BARROS, 2004: 378-379).

No Brasil, as ideias e posicionamentos ultramontanos fizeram eco ainda no primeiro reinado e desenvolveram-se na medida em que uma nova geração de clérigos começa a constituir-se, no lento processo de renovação da hierarquia católica nacional, que desponta a partir da década de 1840 e logo se fez sentir na configuração de um episcopado mais afinado com as diretrizes de Pio IX, que cultivava a estreita obediência e a fidelidade à ortodoxia católica romana. Dois personagens logo se destacariam: os bispos Antônio Gonçalves de Oliveira (Vital) e Antônio de Macedo Costa, protagonistas da Questão dos Bispos (1872-1875) (VIEIRA, 2007:115-116).

Se em sua atuação política Tavares Bastos exerceu o “apostolado do progresso”, no campo religioso em (re)configuração, Kalley foi o “apóstolo” da fé

protestante no Brasil, pioneiro na implantação de uma estrutura social/religiosa não católica entre nós.

Em seus campos de atuação, utilizaram artigos em jornais para defenderem suas ideias e confrontarem seus opositores, sendo identificadas articulações temáticas como a questão da liberdade religiosa, da imigração e o desenvolvimento / progresso nacional.

Ainda que contemporâneos (Kalley permaneceu no Brasil até 1876, ano do sepultamento de Tavares Bastos), reconhecidos propagadores e defensores do discurso de modernidade que naquele momento se construía entre nós, e contassem com amigos e opositores comuns, não se pode afirmar que Tavares Bastos e Kalley tenham desenvolvido um relacionamento pessoal, exceto uma referência do deputado ao pastor, apesar das inúmeras evidências do contato e troca de influências em suas redes de sociabilidades. Na falta de melhores elementos que comprovem o contato pessoal direto, resta-nos, então, o discurso modernizante como elemento de ligação.

Cada qual em sua seara: Tavares Bastos no campo político, em sua defesa e propagação dos ideais do progresso nacional; Kalley no campo religioso em construção, em meio às disputas que marcaram a inserção do protestantismo e sua busca por espaço, reconhecimento e legitimação, com forte atuação social; ambos imbuídos do propósito de ver instaurado no Império brasileiro os pressupostos da era moderna, pelo viés da articulação entre protestantismo e o progresso.

O aspecto religioso teve peso preponderante nos debates sobre os projetos de modernização no país, na maioria das vezes de forma enviesada ou indireta. O progresso era desejado e estimulado. A chegada de técnicos e seus instrumentos, equipamentos e máquinas era celebrada e cercada de solenidades e formalidades, pois representavam a superação do atraso e a chegada e/ou ampliação da civilização. A desconfiança, contudo, persistia, em relação aos aspectos culturais, estes menos visíveis e controláveis que as *ingresias*. Dentre eles, os aspectos religiosos de orientação protestante, tidas como ameaças à religião oficial.

Considerações Metodológicas

Não há como cobrir os objetivos desta pesquisa utilizando apenas uma determinada linha teórica e metodológica. Dada a complexidade dos aspectos a serem observados e analisados, e as formas de encaminhar tais procedimentos, nos serviremos de fundamentações conceituais e alternativas metodológicas diferentes em certos momentos da pesquisa.

Recorremos ao instrumental analítico associado à noção de campo a fim de identificar os agentes envolvidos nas relações, dos lugares de produção e das influências externas e internas que perpassam as articulações entre o espaço do político, já bem consolidado, e o campo religioso, em processo de (re)configuração no século XIX, este caracterizado pelo espectro cristão católico romano como sua representação mais completa, mas comportando representações de matriz africana, indígenas, cristãs protestantes e outras que vão se inserindo, iniciando a disputa pelo monopólio da produção, reprodução e circulação dos bens simbólicos do tipo religioso, convivendo com a autonomia apenas relativa em relação às regras de outra ordem – a política.

Ainda que sejam campos que guardam especificidades, religião e política estavam intimamente relacionadas sob o regime regalista que vigia, configurando um quadro de intensa interdependência e tensão, tendo em mente que “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz.” (BOURDIEU, 2010: 31).

Com esta compreensão, analisaremos as atuações de Tavares Bastos e Roberto Reid Kalley, em separado, campos político e religioso, e nas articulações e imbricações das questões trabalhadas por eles em suas tentativas de influir na construção de uma sociedade que se desejava moderna.

Considerando que as formas utilizadas por ambos para exprimir e defender suas ideias foram predominantemente a produção escrita, recorreremos aos escritos de Tavares Bastos, livros essencialmente, para extrair seu pensamento, particularmente em *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, texto que,

apesar de ser seu primeiro escrito, apresenta de forma concisa seus ideais. O texto será analisado sob a ótica do par diagnóstico/prognóstico em relação ao estágio de progresso da sociedade brasileira, propondo meios de distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, categorias elaboradas e apresentadas por Reinhart Koselleck em *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos* (2006). Também nos servimos da vasta bibliografia sobre o alagoano em tela.

Tratamento diverso foi dado à Kalley, abordado inicialmente por artigos e traduções de livros na imprensa, cartas e documentos eclesiásticos. Neste caso, buscamos localizar em periódicos, limitados por nosso recorte temporal, sua produção e aqueles que o citaram ou fizeram referência à sua atuação. O levantamento foi realizado nos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB-BN), através dos mecanismos de busca ofertados. Há significativo material bibliográfico sobre o casal Kalley disponível. Contudo, optamos por ter contato com seu pensamento inicialmente por aquilo que ele e sobre ele se produziu, nos periódicos da época, para, então, complementar a leitura com seus comentadores e biógrafos. A principal fonte bibliográfica sobre os Kalley é reconhecidamente os quatro volumes de “Lembranças do Passado”, escritas por João Gomes da Rocha, filho adotivo do casal.

A referida busca em periódicos e seu uso na elaboração desta tese exigiu que transitássemos por um *métier* até então desconhecido, em especial quanto às metodologias, abordagens e utilização de fontes impressas. Mesmo reconhecendo que as leituras realizadas foram totalmente direcionadas a sanar as limitações metodológicas identificadas no decorrer da pesquisa, um novo e amplo universo de possibilidades de pesquisa se abriu.

Foram identificadas e analisadas centenas de referências à Kalley em vinte e três periódicos diferentes e quatro outras fontes impressas – almanaques, anais da Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, relatório do Império - distribuídos nas regiões do país, a começar de cerca de pouco mais de dez anos antes de sua chegada ao Brasil estendendo-se até o início do século XX.

Na medida em que o campo historiográfico superou as concepções positivistas ou historicistas em relação às fontes, caíram, também, restrições ao uso

de periódicos, segundo as quais “em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2014: 112). A postura que entendia a imprensa “como mero ‘veículo’ de ideias e de forças sociais e como ‘falsificadora da verdade’, cedeu à transformação historiográfica, em que a renovação das abordagens políticas e culturais “redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada fonte documental... e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’” (MOREL, 2003: 8,9). Assim, segundo Tania Regina de Luca, “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se o objeto da pesquisa histórica.” (LUCA, 2014: 118).

Os mesmos cuidados e etapas de crítica às fontes devem ser aplicados aos periódicos, e, em alguns casos, a observação dos seus aspectos específicos. Como Luca destaca, “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes” e “as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.”, inclusive “as funções sociais desses impressos.” (LUCA, 2014: 132). A materialidade dos impressos analisados não foi alvo de nossas observações.

Salta aos olhos um *modus operandi* coletivo e certas intencionalidades nos periódicos estudados. Marco Morel afirma que os jornais do período eram mais doutrinários que informativos, com explícita vinculação à lideranças e facções políticas (2003: 46). Tania Regina de Luca tem o mesmo pensamento sobre a questão, destacando a intenção de intervir no espaço público (MOREL, 2003: 46; LUCA, 2014: 133). Aquele autor nos alerta que o rótulo de “elitista” para a imprensa em expansão no XIX deve ser usada com cautela, em razão dos resultados de estudos recentes sobre a recepção e circulação dos periódicos, hábitos de leitura e os condicionamentos relacionados ao contingente de leitores, mesmo considerando a característica escravista do Brasil (MOREL, 2003: 45-46).

O cruzamento entre o surgimento e desenvolvimento da imprensa no Brasil e o discurso da modernidade, quer sob a ótica da civilização, quer como fator de progresso, é rico em possibilidades. Para os fins desta pesquisa, queremos, por meio dos periódicos, identificar e esboçar o pensamento de Robert Reid Kalley em suas muitas frentes de atuação, no intuito de apreender possíveis imbricações entre

sua teologia, sua visão de mundo e seu pensamento social e pressupostos da modernidade, articulando tais elementos ao ideal de progresso de Aureliano Cândido Tavares Bastos, tomando por base o livro *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*.

Nesta pesquisa, salvo observação específica, não utilizamos a palavra “modernidade” como referência ao período histórico compreendido entre a Idade Média e a Contemporânea. A entendemos como “conceito de época”, expressão que “qualifica o tempo como novo” a partir do “contraste com o tempo anterior, o tempo ‘velho’”, sem “designar um período de tempo fixo”, enfim, como o processo complexo e multifacetado (KOSELLECK, 2006: 269-270). Aplicado à realidade brasileira, alcançar a modernidade era aproximar o país das experiências política, econômica e social das nações desenvolvidas da Europa. Processo que foi experimentado e vivenciado de forma lacunar e contraditória no oitocentos brasileiro. Na análise e interpretação das transformações ocorridas no século XIX, nos apoiamos no par conceitual “espaço de experiência”¹ e “horizonte de expectativa”².

O Escopo da Pesquisa.

A experiência colonial despertou em seguimentos da sociedade formas de expectativa em relação ao futuro. Até a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o hiato entre experiência e expectativa era mínimo, ainda que aspirações modernizantes e de libertação das amarras que impediam o progresso do país pudessem ser identificadas.

O conjunto de acontecimentos iniciados com o Período Joanino e que se estenderam até a Maioridade, produziu o rompimento com a continuidade da experiência política e social, possibilitando mudança de atitudes, despertando novas

1 Espaço da Experiência - Koselleck defende que a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento... Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (2006: 309).

2 Horizonte de Expectativa - Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006: 310).

expectativas em relação ao futuro nacional. Muitos foram os aspectos do cotidiano que sofreram alterações bruscas com as novas experiências. Contudo, não seria reducionista, afirmar que as principais transformações foram de ordem política e estatal. Não ocorreram profundas alterações em termos de modernização das relações sociais, das condições de trabalho, dos direitos civis e da cidadania. Mesmo assim, “sobretudo lá onde em uma geração o espaço de experiência foi como que dinamitado, todas as expectativas tinham que se tornar inseguras e novas precisavam ser criadas” (KOSELLECK, 2006: 315).

Ainda que passado e futuro jamais possam coincidir, nem a expectativa derive totalmente da experiência, o novo estabeleceu-se na história brasileira com os acontecimentos de 1808, superando a constante presença do passado em nossa experiência, instaurando a possibilidade de um futuro completamente novo, em forma de prognósticos e expectativas, pois “o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro” (KOSELLECK, 2006: 313).

É a partir do Segundo Reinado que se veem mais claramente as transformações relacionadas ao progresso e ao moderno alcançando o cotidiano, tempo, também, em que se aprofundam os debates sobre os temas de ordem civil e social, para além do político. Condição que ampliou o intervalo entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativa, percepção que caracteriza o tempo moderno, pois só se “pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006: 314).

Cabe reconhecer que a “transição” para a modernidade não ocorreu de forma homogênea no Império, nem se estendeu a todas as camadas sociais ou campos igualmente, sendo observadas clivagens considerando as características geográficas, sociais, culturais e econômicas vigentes, obrigando-nos a delimitar, exceto quando explicitado, nosso espaço de observação à província do Rio de Janeiro e, mais especificamente, a Corte.

Pode-se dizer que as estruturas sociais de longa duração – monarquia, escravidão e religião oficial – que tinham caráter formativo no espaço de experiência brasileiro até então, e, em grande medida, balizavam o horizonte de expectativa

nacional, lograram sua permanência, em meio a consistentes ataques durante todo o Segundo Reinado, ao fim do qual, foram superadas.

Especificamente no campo religioso, o projeto vigente era preservar a convergência entre passado e futuro, experiência e expectativa, mantendo o catolicismo como guia e elemento constitutivo da nacionalidade. Contrariando as expectativas, ocorreu a inserção protestante, associado ao “novo” e ao progresso que se insinua, levantando a bandeira do reconhecimento das liberdades individuais, entre elas a de consciência, de crença e organização religiosa, fora do âmbito católico romano. A segunda metade do século XIX viu acentuarem-se os debates sobre a liberdade religiosa, muito em função da presença protestante e suas articulações com os ideais liberais, ambos entendidos como agentes e propagadores de um modelo de modernidade que ia de encontro ao projeto da igreja do Estado.

Objetivamente, este trabalho pretende demonstrar que o protestantismo representado por Robert Reid Kalley, trouxe significativas contribuições ao desejo/projeto de integrar o Brasil à modernidade, ao propor e promover reflexões e debates sobre as liberdades individuais e seus desdobramentos, patrocinar a reinterpretação da legislação sobre liberdade religiosa, desenvolver ações de superação de restrições sociais em função da crença religiosa. Neste empreendimento, articulou-se às concepções de progresso de Tavares Bastos, que refletem bandeiras liberais e maçônicas.

Com o propósito de atingir o objetivo acima, este trabalho está organizado em quatro capítulos. No Primeiro deles, discuto os dois conceitos que perpassam toda a pesquisa: modernidade e progresso, apresentando aspectos relacionados às possíveis formas de entendimento dos mesmos, e a definição do sentido com que serão operacionalizados em nossa pesquisa.

O segundo capítulo investiga a emergência do discurso de modernidade, do período imediatamente anterior à chegada da família real portuguesa ao Brasil, incluindo as governações Joanina e Regencial, estendendo-se até o fim do segundo Reinado. O objetivo é identificar sinais e vestígios que possam ser caracterizados como modernos, e analisá-los em função das relações da religião oficial e o protestantismo, entre si, e com o Estado brasileiro.

A concepção de progresso de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) e seu projeto de integrar o país à modernidade são estudados no terceiro capítulo. Sob o pressuposto da urgência em promover o progresso material e moral da nação, apresentamos os aspectos da administração estatal e das relações sociais que, segundo seu entendimento, deviam ser modernizadas a fim de deslocar nosso horizonte de expectativa para a Europa, referência em termos de modernidade e progresso, distanciando-o do espaço da experiência ainda marcado pela herança colonial.

Os registros e as marcas da presença e atuação de Robert Reid Kalley (1808-1889) no Brasil ganham relevo no quarto capítulo. Serão analisadas suas iniciativas, práticas e atividades no campo religioso, por meio da imprensa, destacando situações em que o protestantismo foi elemento ou fator de transformação da realidade, em articulação ao ideal de progresso representado por Tavares Bastos.

Concluimos apontando ações que marcaram os passos iniciais do processo de modernização a partir da década de 1850, para então retomar os encaminhamentos que Tavares Bastos e Kalley deram, em seus respectivos campos de atuação, e na interseção entre eles, e destacar evidências e elementos que possam corroborar nossa hipótese e demonstrar que o protestantismo representado pelo escocês trouxe significativas contribuições ao desejo/projeto de integrar o Brasil à modernidade.

CONCLUSÃO

Iniciamos a escrita desta tese com a discussão sobre a pertinência de aplicar à experiência brasileira do século XIX a ideia de modernidade. Demostramos que há consistente produção historiográfica que confirma seu uso e aplicabilidade. Em seguida, buscamos uma definição de modernidade minimamente coerente com os sentidos tradicionalmente conhecidos, mas que abra espaço para características do recorte histórico analisado (segunda metade do século XIX), no ambiente do Segundo Reinado do Império brasileiro.

Encontramos na análise da modernidade em três patamares, elaborada por de Jean Baubérot (2011), uma opção que nos parece atender as especificidades do caso em estudo. Ainda que nem todos os aspectos e características de nossa experiência se enquadrem em sua classificação, podemos identificar muitas das vivências políticas, econômicas e sociais produzidas e projetadas no oitocentos nacional, com a ideia de “Modernidade Ascendente”, entendida como o conjunto de experiências observadas em determinado período histórico em que há considerável expectativa e confiança na possibilidade de romper ou superar limitações de diversas ordens, independente de resultarem de imposições ou escolhas, externas ou locais, através do ideal de progresso, com o intuito de alcançar níveis superiores de desenvolvimento, civilização e bem-estar.

Aplicando-o ao contexto espaciotemporal da pesquisa, buscamos identificar vestígios de modernidade em momentos de nossa história que de alguma forma propiciaram o distanciamento do horizonte de expectativa e a emergência do novo, de novas possibilidades em termos de prognósticos e futuro. Tais indícios são heterogêneos no sentido de que algumas de suas características são mais perceptíveis que outras, aplicando-se a determinados grupos sociais e a outros não, ou de modo escalonado, em ritmos e tempos diferentes, marcadas por rupturas e permanências, como num espiral ascendente, em que pequenos movimentos levam a estágios superiores, ainda que imperceptíveis.

A ideia de modernidade ascendente pressupõe avanço, evolução, desenvolvimento: progresso. E chegamos a outro dos desafios dessa pesquisa, uma

adequada compreensão do progresso. Enquanto fenômeno qualitativo remete a melhoramento, mudança desejável, no sentido de estágios considerados preferíveis, de acordo com os juízos de valor de determinada sociedade ou grupo social, que têm como referência sua ordem de valores historicamente construídos. Como evolução social ou processo civilizador, implica a melhoria das condições de vida e bem-estar da população, o aperfeiçoamento das relações entre grupos e classes sociais, e sua integração através da solidariedade entre os membros da sociedade. Sua construção se dá em meio a tensões de diversas ordens: sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas.

Tendo por objetivo analisar e compreender a imbricação do protestantismo com o ideal de progresso e possível elemento constituinte no processo de construção da modernidade no Brasil, nos aproximamos de Aureliano Cândido Tavares Bastos com a intenção de conhecer sua concepção de progresso e que passos, mudanças e transformações seriam necessários à sua implementação, para assim ver a modernidade instalada entre nós. Com esta compreensão, dirigimos a atenção à atuação e vivências de Robert Reid Kalley com o fito de apreender de que forma sua permanência no país corrobora o progresso projetado por Tavares Bastos, e conseqüentemente, alinha-se com a modernização das relações sociais. De que Brasil?

Após a extinção dos monopólios e a abertura dos portos, em 1808, surgiram outras medidas de caráter liberal, como a liberdade industrial, o Banco do Brasil, instituições de ensino superior, o processo de independência e a adoção da monarquia constitucional, todas com o aval e apoio da aristocracia local, agroexportadora e escravista. Mais adiante, outras medidas no processo de transformações econômicas e sociais não foram exatamente do agrado dos grupos dominantes locais (PESAVENTO, 1997: 58).

Descrevendo e analisando “A vida social no Brasil nos meados do século XIX”, Freyre nos apresenta um quadro nada agradável das condições gerais do país: a “grosseira técnica” da empresa açucareira, a presença da religião “em todas, ou quase todas as fases da vida social”, a “corrupção do clero”, a falta das “noções mais vulgares de higiene pública”, inclusive na corte, a falta de “pensamento crítico entre as elites intelectuais” entre outros aspectos. De positivo, apontou o equilíbrio

orçamentário que se estendeu à década de 1860 (FREYRE, 2009: 59-60). Ele resume da seguinte forma aquela sociedade: “[...] nas suas condições materiais e, até certo ponto, na sua vida social, a maioria dos brasileiros dos meados do século XIX situava-se na Idade Feudal”. Em relação à elite, “grande parte vivia, ainda nos meados do século XIX no fim do século XVIII [...]”. E conclui sua descrição afirmando que “O Brasil [...] não era só constituído por vários Brasis, regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira.” (Ibid.: 60-61).

Richard Graham, ao analisar os contrastes entre a Grã-Bretanha e o Brasil, diz que “não se deve exagerar o atraso” deste, que “não era, afinal de contas, a Europa Medieval”, baseando-se na ideia de que nenhuma “parte da América estivesse alheia às grandes mudanças iniciadas na Europa” e na integração do país ao comércio internacional desde o período colonial. Mesmo assim, admite que “a corrente contínua de inovações tecnológicas, que são básicas para uma sociedade moderna, ainda não caracteriza a vida brasileira em 1850”. Em sua opinião “Depois de certo ponto no século XVI a península Ibérica e suas colônias foram mais ou menos afastadas das correntes de desenvolvimento europeu por uns 200 anos” (GRAHAM: 1973: 18-19).

Em relação à maior fonte de recursos do país, a agricultura, as condições de trabalho e produção assombravam os viajantes europeus: a acomodação dos senhores, o intenso e extensivo uso das queimadas, o desconhecimento dos fundamentos básicos da agronomia e até de fertilizantes, o uso da enxada da preparação da terra à colheita, engenhos movidos por tração animal e a quase total inexistência de mecanização, com raras exceções em Pernambuco. Mesmo com o aumento do cultivo de café, os processos eram, em geral, rudimentares. No momento de enviar os produtos para os centros comerciais, imensas dificuldades eram enfrentadas, pois “as coisas chamadas caminhos, [...] são absolutamente intransitáveis a qualquer veículo provido de rodas” (Ibid.: 20-22). Para Thomas Ewbank as ferramentas utilizadas por pedreiros e carpinteiros eram idênticas às vistas nas gravuras do século XV, enquanto outras remetiam a Roma e Egito. (EWBANK, 1976: 188-189). A relação de dependência e fidelidade dos

trabalhadores ligados aos engenhos de açúcar e, depois, às fazendas de café, foi constantemente associada à vassalagem (FREYRE, 2009: 76-78).

Não escapou à observação, a repulsa dos homens livres ao trabalho manual, identificado com os escravos. Estes foram percebidos em diversas profissões: carpinteiros, marceneiros, pedreiros, impressores e litógrafos, pintores. Freyre destaca a produção de roupas, sapatos e tapeçaria em *ateliers* no Rio de Janeiro com mão de obra negra e mulata (GRAHAM: 1973: 24-25; FREYRE, 2009: 74-75). Nas capitais, era comum a concorrência entre escravos de ganho e libertos com imigrantes, muitos deles portugueses. A educação, salvo raras exceções, como o Colégio Pedro II, era de baixa qualidade e restrita à minoria da população em idade escolar. Os filhos das famílias abastadas recebiam instrução de seus mestres particulares e formavam a maioria dos alunos nos poucos cursos superiores, dois de direito e dois de medicina. O Ensino técnico praticamente só existia nas escolas militares (GRAHAM: 1973: 25-27; FREYRE, 2009: 95, 98, 100-103). Estas percepções se coadunam com a descrição feita por Tavares Bastos, no início dos anos 1860, ao registrar sua opinião sobre “os Males do Presente e as Esperanças do Futuro”.

Três mudanças na legislação provocaram profundas transformações na sociedade, em 1850. A proibição do tráfico negreiro, a aprovação da Lei de Terras e do Código Comercial, no conjunto, sinalizou na direção de uma modernização das relações de trabalho e produção, marcando, também, a internalização de princípios do capitalismo internacional. Sandra Jatahy Pesavento entende que as elites locais, diante do risco de ver significativa parte de seu patrimônio - os africanos escravizados - ser reduzida progressivamente, buscaram formas alternativas de substituí-los por outro bem. Por um lado, asseguraram a propriedade da terra, e de outro, engendraram as condições de manterem seu domínio num regime de trabalho livre, valendo-se de leis, códigos e regulamentações que transpareciam valores capitalistas. Contudo, este processo se fez conservando elementos arcaicos: a estrutura agrária foi preservada, a escravidão dilatou-se ao máximo e, na sua superação, não promoveu o trabalho assalariado, a monocultura agroexportadora manteve o país atrelado à divisão internacional do trabalho (PESAVENTO, 1997: 58-59).

Nesta mesma década surgem as primeiras estradas de ferro, o que exigiu mão de obra especializada, em sua maioria inglesa; um serviço regular de navios a vapor com a Inglaterra e, internamente, a ampliação das linhas de navegação alcançando o rio Amazonas; aumento das exportações de café e o incremento de técnicas e métodos novos na produção, beneficiamento e escoamento; desenvolvimento comercial exportador e interno; crescimento das cidades fluviais e marítimas, além daquelas servidas por estradas de ferro; investimento em urbanização nas principais capitais, com iluminação pública, calçamento e regras quanto ao trato dos dejetos, na tentativa de desfazer a má fama das cidades brasileiras (GRAHAM: 1973: 33-41; FREYRE, 2009: 75-77, 111-112).

A experiência de progresso se disseminava sob pressupostos da modernidade, ainda que marcada pelos condicionamentos de nosso viés nacional. Berman destaca que a modernidade se desenvolve de formas distintas, a partir das condições de produção de cada país, que, apresentada de forma polarizada, pode ser descrita assim, quando à sua integração ao “mundo moderno”: num polo, estão as “nações avançadas brotando diretamente da modernização política e econômica e obtendo visão e energia de uma realidade modernizada”. No polo oposto, “encontramos um modernismo que emerge do atraso e subdesenvolvimento” (BERMAN, 1986: 220).

O modernismo que emerge do atraso e do subdesenvolvimento, ainda segundo o autor, tem diante de si duas alternativas: “se dobra sobre si mesmo e se tortura por sua incapacidade de, sozinho, fazer a história, ou se lança a tentativas extravagantes de tomar para si toda a carga da história” (Ibid.: 220-221). Para Sandra Jatahy Pesavento, a elite esclarecida e os arautos do progresso e da modernidade no país agiam em conformidade com a segunda opção apresentada acima - se lança a tentativas extravagantes de tomar para si toda a carga da história - consumindo de forma acelerada as novas ideias, na “ânsia de digerir rapidamente a última tendência intelectual europeia”. Ainda segundo a autora, “O Brasil tinha pressa, era preciso não perder o ‘trem da história’, acertando o passo com os acontecimentos, os processos e os valores do mundo contemporâneo”, ainda tão distantes de nós (PESAVENTO, 1997: 61).

O contorno da modernidade no segundo reinado sustentava-se sobre dois pontos basilares: a ideia de progresso relacionada com a aplicação da razão, da ciência e da tecnologia, e a ideia de nação que compreendia as noções de identidade e Estado. Nos dois casos, o horizonte de expectativas está na Europa, onde a modernização política e econômica, já realizada, gerou o ambiente propício ao progresso e à modernidade (Ibid.: 66).

A noção de que o progresso poderia proporcionar melhores níveis de bem-estar e qualidade de vida estava bem disseminada. Faz parte do discurso burguês o convencimento de que a materialização “do progresso, da técnica e da razão era a harmonia social” e que a ordem capitalista/burguesa, “produtora da sociedade de bem estar, era justa e retribuía, a cada um, na medida de suas forças e, sobretudo, do seu merecimento” (Ibid.: 47). Na sociedade brasileira, onde a “classe trabalhadora” era incipiente, este discurso era direcionado aos aristocratas e senhores agroexportadores e aos poucos empreendedores e investidores, no sentido de seduzi-los.

A ideia de nação, que compreende as noções de identidade e Estado, envolve um duplo processo: por um lado, a delimitação da especificidade nacional e, por outro, a integração do país à cultura ocidental (Ibid.: 68). Sendo a identidade uma construção simbólica, desconsidera os critérios de verdade. Sendo um imaginário social, segundo entende Ortiz, “comporta, sem dúvida, elementos de verossimilhança com o concreto real ao qual se refere”. Por outro lado, “envolve também uma dimensão ideológica, de noções e crenças intencionalmente falsificadas”, assim como “um componente de utopia, ou de objetos que não existem na situação real, mas cuja existência é desejada” (ORTIZ, 1985: 8).

A identidade, então, integra algo que é exterior, a diferença em relação ao outro, e o aspecto interior que se assenta em traços de autoidentificação e unidade simbólica entre os indivíduos (Ibid.: 7). O componente externo de nossa identidade estava lá fora, onde havia civilização, o progresso, o centro difusor da ciência da moda, da educação e da novidade. Do lado oposto, seria o Brasil a barbárie? O que nos uniria? Lúcia Lippi de Oliveira entende que não era mera questão de construir/reafirmar uma imagem do Brasil como nação tropical que se tornou independente preservando a monarquia e a dinastia reinante e etc. Tratava-se de

um projeto de construção nacional que se dava no quadro de um processo de modernidade (OLIVEIRA, 1990: 48). Também não era o caso de ser tomado “por um entusiasmo ingênuo de que poderia ser possível, virando a política e poder de ponta-cabeça, inaugurar-se um reino de justiça e felicidade” sustentado na crença do progresso (DUPAS, 2012: 48).

Sendo dominante no Ocidente, a ideia de progresso trouxe, em paralelo, demandas por liberdade, igualdade, educação, justiça social e participação política. Defendia-se, também, que a ideia de progresso como “ação da Providência” e eivada pela influência religiosa fosse deixada de lado, abrindo-se espaço para as transformações produzidas por meio da ação humana. A tríade liberdade–comércio–progresso era considerada inseparável e condutora à modernidade. Entretanto, não se pode ignorar que esse progresso - científico, tecnológico, econômico, civilizacional e social – depende sempre das instituições, da memória social e das tradições que formam e dão estabilidade às sociedades, não sendo possível sua realização a partir do indivíduo “abstraído de seu contexto social” (Ibid.: 46-50), que, segundo o pensamento de Berman (1986: 220-221), constitui o suporte a partir do qual as nações fazem sua entrada na modernidade.

Ponderando as influências externas, as demandas internas por modernização e a realidade brasileira no século XIX, cabem aqui os questionamentos de Pesavento: “se a nação é uma comunidade política imaginada, qual era o Brasil sonhado no século XIX? Em outras palavras, o que seria um Brasil moderno?” (PESAVENTO, 1997: 67). Acrescentamos: que Brasil era possível?

Sendo impossível esboçar os diversos “sonhos” e projetos de Brasil, optamos por fazê-lo a partir das concepções de progresso, ou projeto de nação de Tavares Bastos.

O campo político foi sua arena de maior atuação. Para ver efetivadas suas concepções de progresso, seus projetos passavam, irremediavelmente, pela mediação dos demais agentes e instâncias daquele espaço social. Independente de qual campo, é exigido daquele que defende a acumulação de capital simbólico que o legitime socialmente e o habilite a ocupar uma posição na estrutura de suas relações. Para ocupar uma cadeira no parlamento como deputado geral, o capital a ser acumulado é a obtenção de votos suficientes à obtenção de um mandato, em

geral por tempo determinado. Uma vez inserido nesse espaço, o jogo político exige a acumulação de uma espécie particular de capital simbólico, que consiste na acreditação pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo, que repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade. (BOURDIEU, 2004: 26-27). A importância desse reconhecimento, segundo Bourdieu, está relacionado à forma como o campo estrutura as relações entre os diferentes agentes, pois é ela que determina o que eles podem ou não fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, sua tomada de decisão. Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital. De forma dinâmica, a posição de cada agente é determinada por seu volume de capital em relação aos demais agentes e ao campo no todo (Ibid.: 23-24).

Seu capital simbólico, inicialmente, era dependente do acumulado por seu pai, homem público, reconhecido, com passagens por cargos importantes na estrutura política e do poder. Numa sociedade em que “a influência dos nomes de família” asseguravam maiores oportunidade e até privilégios, não era de se desprezar tal “aporte” de capital simbólico (GRAHAN, 1973: 25). Por caminhos não declarados, mas bem conhecidos, logo após o doutoramento em São Paulo, seguiu para o Rio de Janeiro, assumindo como oficial da Secretaria da Marinha. Sob o peso de seu nome de família e o apoio de importante liderança política nacional, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro Visconde de Sinimbu, obteve votação expressiva em seu estado e assento entre os deputados gerais, atualmente, deputados federais. Mais uma vez, beneficiou-se da “transferência” de capital simbólico.

Sua atuação parlamentar e na imprensa, com as “Cartas do Solitário” (1861/1862), trouxe notoriedade, iniciando assim a acumulação pessoal de créditos. Manteve-se em evidência ao participar da Missão Saraiva (1864). Empreendeu viagem de observação e estudos no Amazonas (1865), coletando dados para publicar “O Vale do Amazonas” (1867). Era frequente o uso da tribuna e das páginas dos jornais, promovendo e debatendo as medidas que entendia favoráveis ao Brasil, segundo suas concepções de progresso e projeto de modernidade. Viu aprovados

alguns dos seus mais importantes projetos como o da liberdade de cabotagem para navios estrangeiros e a abertura do Rio Amazonas à livre navegação, ambos em 1866. Mesmo com considerável capital político, projetos e temas de seu interesse não foram aprovados e outros nem discutidos. A legislação em torno da imigração e seus direitos e garantias, a separação entre a religião e o Estado e o estabelecimento da plena liberdade religiosa, propostas para a emancipação do elemento servil e outros exigiram maior tempo de maturação.

O fato de, em algumas ocasiões, aprovar seus projetos com o apoio dos “pares-concorrentes”, não se explica unicamente por sua posição na estrutura das relações objetivas do campo. Deve-se considerar, em meio às lutas do campo, a definição, num dado momento, no conjunto de questões que importam, de quais agentes devem ser envolvidos no processo, e a percepção de suas possibilidades e limitações. (BOURDIEU, 2004: 24-25). Complementa Bourdieu: “nada é mais difícil e até mesmo é impossível de ‘manipular’ do que um campo”. A possibilidade de submeter as forças de um campo aos desejos de um agente singular, apenas por sua posição na estrutura de distribuição do capital, salvo situações excepcionais em que um acontecimento tenha força suficiente para redefinir “os próprios princípios da distribuição do capital, as próprias regras do jogo”, é remota (Ibid.: 25). Tavares Bastos aprendeu esta lição na prática.

As considerações acima sobre a estrutura e relações no campo político aplicam-se perfeitamente à experiência de Robert Kalley, no campo religioso, ainda que seu percurso, na acumulação de capital simbólico, seja distinto. Tavares Bastos, em diversas situações, agiu na interseção entre os campos político e religioso. O caso Kalley é o inverso. Outro aspecto que os distingue relaciona-se com a forma de agir. Tavares Bastos, a partir do diagnóstico/prognóstico registrado em “Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro”, direcionou sua prática à proposição de uma legislação adequada ao seu projeto e concepções de progresso e modernização do Brasil, ainda que, individualmente, no cotidiano, não fosse afetado por muitos dos itens que deseja mudar. Já Kalley, vivenciou, em seu dia a dia, os condicionamentos das regulamentações nacionais e pode perceber, literalmente na pele, as interações e interferências entre os campos, por meio de seus agentes, seja em busca de legitimação externa ou em defesa de prerrogativas ou, ainda, pela manutenção do

monopólio do sagrado. Kalley e Tavares Bastos, em seus respectivos campos, alcançaram significativo protagonismo, influenciando a sociedade.

Campo religioso é o espaço social em que está em disputa, além da produção e circulação dos bens simbólico-religiosos, a definição dos agentes e seus papéis, e das regras que o estruturam e organizam. Seu objetivo é, a partir das estruturas de percepção e construção da realidade, elaborar visões de mundo compatíveis com determinada crença, de modo a conferir sentido religioso à existência humana. Estrutura-se na dinâmica das relações entre os especialistas da religião e destes com as demandas religiosas da sociedade. Por sua autonomia relativa, é passível de condicionamentos e interferências externas. Em compensação, na medida em que um grupo social assimila determinada visão de mundo fundamentada na religião, o campo religioso dilata sua influência sobre outros campos.

A primeira etapa da formação histórica do campo religioso brasileiro, dos séculos XVI a XVIII, envolveu a assimilação e trocas entre o catolicismo dos colonizadores portugueses e as crenças religiosas dos indígenas e dos africanos. A partir da primeira década do século XIX, acentua-se a incorporação de outras expressões: os protestantismos; as novas formas de catolicismo dos imigrantes, e mais adiante, o espiritismo kardecista e as crenças orientais.

Da conquista do território à proclamação da República, o catolicismo manteve o status de religião oficial, que lhe assegurava o monopólio dos bens simbólicos do tipo religioso. No decorrer do século XIX, em razão da ingerência da religião oficial em aspectos da vida social, construída ao longo de trezentos anos, surgiram os primeiros questionamentos. O campo religioso foi marcado pela tensão entre as expressões religiosas em vias de inserção e pela manutenção do monopólio da religião oficial. Por outro lado, cabendo ao Estado a regulação da atividade religiosa, também vivenciou a tensão ao ser provocado a mediar a questão. Manteve-se o monopólio com significativa flexibilização da legislação. O termo médio não atendeu às exigências das expressões religiosas em conflito.

Não podendo impedir a chegada de novas expressões religiosas ao país, a fé estatal procurava fazê-lo no campo religioso, recorrendo às restrições legais, no intuito de circunscrevê-las a determinado grupo ou espaço, mantendo-as fora da disputa pela produção e circulação de bens simbólicos religiosos entre os nacionais.

Em sua análise, Bourdieu explicitou a existência e a finalidade dessa postura: “na medida em que consegue impor o reconhecimento do seu monopólio”, resumido na fórmula extra *ecclesiam nulla salus*, busca perpetuar-se. Para tanto, age em duas frentes: tenta impedir a entrada, no mercado aberto da fé, das “novas empresas de salvação (como por exemplo as seitas, e todas as formas de comunidade religiosa independentes)”, coibindo, também, “a busca individual de salvação (por exemplo, através do ascetismo, da contemplação e da orgia)” (BOURDIEU, 2004: 58).

A emergência de expressões religiosas que não se submeteram ao discurso da pretensa absoluta catolicidade do povo, questionando a “realidade”, ofereceu um contraponto a qualquer forma unilateral de definição dos mediadores das relações com o sagrado na sociedade, abrindo caminho para interpretações mais flexíveis do arcabouço legal, no sentido do reconhecimento da pluralidade social e a diversificação religiosa em curso. À medida que visões de mundo concorrentes conquistam legitimidade, tornam-se independentes frente a religião oficial. Esta legitimidade exige a acumulação de capital simbólico pelo especialista da religião por meio de seu reconhecimento social e intracampo, como agente do sagrado.

Este é o cenário em que Kalley inicia o processo de acumulação de capital simbólico, no que foi ajudado, por sua nacionalidade, sua formação profissional e consideráveis recursos financeiros. Instalado em Petrópolis, a filantropia sobressaiu ao oferecer seus serviços médicos no combate ao cólera. O mesmo acontecimento, contudo, deixou escapar que se tratava de um médico que também era sacerdote protestante. Mas, que estava de passagem.

Ao inserir-se como agente religioso no mercado da fé, não contava com respaldo institucional de qualquer tipo, situação incomum, considerando que os demais pastores e missionários protestantes aqui chegaram sob a proteção de uma instituição ou denominação. Seu plano de ação compreendeu encontros domésticos, inicialmente, apenas com estrangeiros e, na medida em que as oportunidades surgiram, os nacionais foram admitidos. A mesma estratégia fora utilizada na Ilha da Madeira. Havia, contudo, uma diferença: a ida àquela Ilha teve caráter temporário, com a permanência em função da condição de saúde da esposa. Ao Brasil, veio com a intenção de evangelizar a Terra da Santa Cruz. Até aqui, pouco conseguiu agregar em termos de capital simbólico.

As adesões ampliavam as redes de contatos e sociabilidades. Porém, duas conversões despertaram a atenção da religião oficial por serem de famílias importantes, e aconteceu o que não desejava: seu empreendimento religioso foi tornado público, com o agravante de fazer proselitismo entre os nacionais, em português. Logo voltaram a circular, relatos dos acontecimentos na Ilha da Madeira, em que a reação à sua atuação religiosa desencadeou intensa perturbação da ordem, culminado com a fuga do casal e o exílio de centenas de madeirenses.

Uma série de represálias foi encetada visando inviabilizar sua ação e até a permanência no país. Sua condição de ministro evangélico entre os brasileiros, na interpretação da Igreja Católica, era extremamente frágil diante das garantias legais, e uma afronta à religião do Estado, e desnecessária considerando a catolicidade do povo. Apegou-se à profissão para garantir sua permanência e prosseguir em seu desafio missionário. Em resposta a uma tentativa de restringir sua pregação aos estrangeiros, solicitou pareceres a renomados juristas sobre suas ações religiosas à luz da legislação nacional, obtendo respostas favoráveis. Esta interpretação balizou a inserção protestante e de outras expressões religiosas no país ainda que desconsiderada em momentos de crise. Sendo o *status* da religião do Estado assegurado na constituição, foi necessário reinterpretá-la à luz dos novos fatos e argumentos, obtendo, assim, suporte legal, fundamentado na mesma Carta, para a atividade religiosa “não oficial”. Isto aponta para a autonomia relativa do campo religioso que, em situações de tensão, depende de arbitramento externo, que em nosso caso concreto, estava no campo jurídico.

O capital simbólico para legitimá-lo como especialista da religião foi conquistado aos poucos, acumulando créditos nos embates jurídicos, por sua atuação na imprensa, pelo incremento qualitativo à sua rede de sociabilidades após contatos com o Imperador, e o consistente respaldo político da militância liberal e maçônica alocada em pontos sensíveis da estrutura de poder. A identificação da teologia e prática de Kalley com princípios e algumas das lutas dos liberais, além do anticlericalismo em voga, sustentou o apoio mútuo, apesar das divergências pontuais. Discursos nas casas legislativas repetiam pontos e ideias defendidas por Kalley em seus artigos.

Dentre os políticos que apoiavam iniciativas de Kalley, se destacou o jovem deputado Tavares Bastos, já reconhecido como um “Apóstolo do Progresso”, aliás, epíteto utilizado com certa frequência, à época, para distinguir determinadas pessoas ou ações, sendo atribuído a órgãos da imprensa e lojas comerciais. Mesmo com consideráveis evidências de um relacionamento próximo, o único registro que sugere um contato pessoal entre eles aparece em artigo publicado no Correio Mercantil, em defesa de Kalley, no caso da retenção do livro “Ladrão na Cruz”¹. O texto inicia-se declarando que “procurou-nos o Dr. Kalley”. Não há dúvidas de que compartilhavam ideais, discursos e afinidades ideológicas, apesar de ser 30 anos mais novo que o escocês.

A concepção de progresso de Tavares Bastos e seu projeto de modernização do país moviam-se em duas frentes interdependentes: progresso material e moral. O progresso material passa pela descentralização política e administrativa, visando “civilizar” as relações entre o governo e a população, que vivia em total dependência, sem estímulos ao pleno exercício das liberdades individuais e dos direitos civis. O outro desafio é empreender a reforma moral, a partir de três linhas de ação interligadas: instrução pública, abolição do trabalho escravo e defesa da imigração estrangeira. É a partir daí que se agregam outros temas entendidos como obstáculos ou facilitadores do progresso.

Nesta pesquisa, Identificamos pontos de interseção entre o projeto de país defendido pelo deputado alagoano e a atuação religiosa de Kalley. A principal delas, a liberdade religiosa não era vista e tratada apenas como uma necessidade associada à imigração, mas como um imperativo com reflexos sobre a população, ao assegurar isonomia em relação aos direitos civis. Os brasileiros, natos ou naturalizados, que não viviam em conformidade com a fé católica, sofriam diversas sanções, já que a legislação fora elaborada tendo como pressuposto um país católico.

A exemplo de Tavares Bastos, Kalley recorreu à imprensa para promover reflexões e debates sobre as liberdades individuais, aí incluídas as liberdades de consciência, crença, culto e organização religiosa, baseando-se tanto em fundamentos bíblicos e teológicos, quanto no pensamento liberal e no “espírito do

¹ Correio Mercantil e Instrutivo, Politico, Universal (RJ, 1848-1868), ano XVIII, n. 263, p. 1, 07/10/1861.

século”. Apresentava o protestantismo como fé moderna, bíblica e racional, promotora da cidadania, que valoriza as iniciativas pessoais, inclusive nas experiências religiosas, ao propor o livre exame das Escrituras e o sacerdócio universal dos crentes. O objetivo era oferecer um contraponto ao catolicismo, apresentado como atrasado e inimigo das liberdades. Defendeu também a separação entre a religião e o Estado.

Quanto à escravidão, ambos manifestaram-se, cada um a seu modo. Tavares Bastos, pela imprensa e a tribuna, propôs formas e meios legais de emancipação do elemento servil. Kalley, no cotidiano, alfabetizava e evangelizava negros e mulatos, os quais compunham seu primeiro grupo, ainda em Petrópolis. Em decisão inédita, obteve da Igreja Fluminense, a provação de uma norma proibindo seus membros de possuírem escravos, o que provocou o desligamento daqueles que não se adequaram ao prescrito. Ação política e medidas práticas, fundamentadas em princípios modernos, complementavam-se.

Outra frente em que os encontramos lado a lado é na defesa do casamento civil, sem a imposição de compromissos religiosos de qualquer ordem, não embarçando, contudo, os que assim o desejasse. Por meio de escritos e discursos, Tavares Bastos apoiou as iniciativas em favor do ato civil, sem restringi-lo aos estrangeiros e acatólicos. A falta de reconhecimento legal da união de alguns casais que desejavam unir-se à Igreja Fluminense, levou Kalley a propor como solução, ainda que momentânea, um contrato em forma de pacto nupcial, onde o casal assumia as responsabilidades inerentes ao matrimônio e comprometia-se a oficializá-lo quando a legislação nacional o permitir, sem ferir a consciência religiosa. Percebem-se aqui princípios modernos relacionados aos direitos civis e às liberdades individuais em ação.

Kalley dedicou especial atenção à alfabetização como meio de dar dignidade às pessoas e possibilitar o acesso à Bíblia, aspecto fundamental em sua estratégia evangelística e princípio caro à Reforma Protestante. O ensino constituiu-se em um dos pilares de sua ação pastoral, criando oportunidades de aprendizagem nos diversos espaços em que transitava. Investiu na vida de seus auxiliares, chegando a arcar, com recursos próprios, os custos da formação teológica de seu sucessor na Inglaterra.

Sua experiência de conversão se deu pelo caminho da racionalidade, ao buscar explicações para a fé de alguns pacientes em estado terminal. A reflexão e o cuidadoso exame das questões nortearam suas decisões, não sendo raras situações em que “deixou sobre a mesa” temas controvertidos, até ser convencido sobre determinada opção. Sua formação médica e farmacêutica o levou a reconhecer e valorizar a ciência e suas conquistas, sem antagonismos em relação à fé.

Ao reconhecer a imagem do Criador no outro e a sacralidade da vida, dedicou-se à promoção de valores como a justiça, a solidariedade e a dignidade humana, lastreado em sua compreensão do propósito salvífico. Esta percepção nos permite identificar suas práticas e posicionamentos com o que se denomina humanismo cristão.

Utilizando o par “real – legal” muito utilizado por Tavares Bastos, pode-se dizer que, no entorno do terceiro quarto do século XIX, o Brasil real, no espaço das vivências e articulações sociais, experimentou transformações qualitativas no que concerne ao reconhecimento das liberdades individuais e seus diversos desdobramentos; a percepção da imbricação da liberdade religiosa com os direitos civis, inviabilizando qualquer proposta de soluções isoladas; relacionadas ao acréscimo das iniciativas e mobilizações pelo fim da escravidão; ao perceber o esgotamento das relações entre a religião oficial e o Estado, sob um regime regalista com tendências liberais.

No Brasil legal, apesar do surgimento de uma legislação que esboçava sinais de mudanças e tentativas de atender demandas como a secularização dos cemitérios, a oficialização dos casamentos mistos e acatólicos, e a plasticidade das novas interpretações da liberdade religiosa, na vivência real, tais senões só foram completamente resolvidos na República.

As estruturas sociais de longa duração, – monarquia, escravidão e religião oficial – cujo caráter formativo no espaço de experiência brasileiro, balizava o horizonte de expectativa nacional, lograram sua permanência durante todo o Segundo Reinado, ao fim do qual, foram superadas. O protestantismo contribuiu de forma prática e simbólica nas lutas abolicionistas e na formação do laico Estado.

Concluindo, entendemos que, no decorrer do segundo Reinado, houve incremento de ações com características modernas ou modernizantes, acentuadas a partir das alterações inseridas na legislação na década de 1850, sendo então perceptíveis iniciativas lastreadas em princípios liberais, burgueses e capitalistas.

Nas relações sociais, ganharam força questões ligadas às liberdades individuais e aos direitos civis, muito em função das polêmicas geradas pela inserção protestante e da compreensão dos possíveis limites à sua ação e abrangência. Tais debates foram apoiados e instrumentalizados por segmentos liberais e a maçonaria, no anseio de um Estado laico.

Projetos de progresso e modernização do país disputavam a atenção e simpatia popular e o apoio político e estatal. Analisamos as propostas de Tavares Bastos para integrar o país à modernidade, superando o atraso que o marcava. Não viveu o suficiente para ver mais que pequenas evidências de um progresso consistente.

O protestantismo representado por Kalley, associado aos princípios modernos e liberais, trouxe contribuições significativas à atualização da interpretação da constituição do Império quanto à liberdade de crença, de culto e organização religiosa, mesmo com a constante e consistente oposição da religião do Estado.

O progresso e a modernidade são conceitos polissêmicos, contraditórios e até paradoxais. Situação agravada pelas peculiares limitações e possibilidades do Brasil oitocentista. A imensa carga simbólica do rompimento com as tradições e um passado multissecular foi entendida, ora como impedimentos, ora como oportunidades, por aqueles que desejavam ver o país abrir-se ao novo, fazer-se moderno, adentrar a modernidade pela via do progresso.

REFERÊNCIAS

Fontes.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do Passado**. 4 Volumes . Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, vol. I, 1941, 384 p.; vol. II, 1944, 356 p.; vol. III, 1946, 333 p.; e UIECB, Rio de Janeiro, RJ: vol. IV, 1957, 411 p.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **A Província**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937a (Brasiliana 105).

_____. **A Situação e Partido Liberal**. In: TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976a (Brasiliana, v. 151). pp. 107-131.

_____. **Cartas do Solitário**. 3 ed. feita sobre a 2 ed. de 1863. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília, INL, 1975. (Brasiliana, v. 115)

_____. **Correspondência e Catálogo de documentos da Coleção da Biblioteca Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1977a.

_____. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Senado Federal, 1977b.

_____. **Memória sobre Imigração**. In: TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976b (Brasiliana, v. 151). pp. 49-105.

_____. **O Vale do Amazonas**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937b (Brasiliana vol. 106)

_____. **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976c (Brasiliana, v. 151)

_____. **Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura**. In: **Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976d (Brasiliana, v. 151). pp. 133-273.

Bibliografia.

ADORNO, Theodor W. **Progresso**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo. Nº 27, p. 217-236. 1992.

AGUIAR, Manoel Pinto de. **A abertura dos Portos do Brasil**. Salvador: Progresso, 1960.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. **Distinções no Campo de Estudos da Religião e da História**. In GUERRIERO, Silas (Org.). **O Estudo das Religiões: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003 (Coleção Estudos da ABHR).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.); NOVAIS, Fernando A (Org). **Império - A Corte e a Modernidade Imperial** - Vol. 2 da **História da Vida Privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro, Antigo e Moderno em suas Relações com o Direito Canônico**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, IV, 1º Vol., 1866.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade Republicana e Diocesanização do Catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. Assis-SP: Unesp, 2012. Tese (História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

AZZI, Riolando. **A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal. História do Pensamento Católico no Brasil - II**. São Paulo: Paulinas, 1991.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF e São Paulo: Annablume Ed., 2006.

BARROS, Roque Spencer M. de. **Vida Religiosa e Questão Religiosa**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, Volume 6 – Declínio e Queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 369-423.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BAUBÉROT, Jean. **A Favor de Uma Sociologia Intercultural e Histórica da Laicidade**. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 284-302, maio-ago. 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **“Modernité”**. In: **Biennale de Paris. La Modernité ou l'esprit du temps**. Paris: Editions L'Equerre. pp. 28-31. 1982. p. 28.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Teoria do Conhecimento, teoria do progresso**. In: **Memória e Vida Social**. Ano II. Volume II. Assis, SP, 2002. pp. 32-69.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008, 192pp.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009

_____. **Os Usos Sociais da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRAGA, Henriqueta Rosa Fernandes Braga. **Música Sacra Evangélica no Brasil. Contribuição à sua História**. Rio de Janeiro: Kosmos, s.d.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Vol I, 1863, p. 85.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

CARDOSO, Douglas Nassif. **Francisco da Gama: Resgatando a História de um Personagem Anônimo na Implantação da Fé Protestante no Brasil Império**. Caminhando Vol. 12, No 1 (2007).

_____. **Práticas Pastorais do Pioneiro na Evangelização do Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor, 2002.

_____. **Protestantismo & Abolição no Segundo Império: a Pastoral da Liberdade** in: Caminhando v. 14, nº 1, 1º semestre de 2009. Revista da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista -UMESP, pp.111-114.

_____. **Robert Reid Kalley: Médico, Missionário e Profeta**. São Bernardo do Campo, SP: Edição do Autor, 2001.

_____. **Sarah Poulton Kalley: Missionária Pioneira na Evangelização do Brasil**. São Paulo: Ed. do Autor, 2005.

_____. **Uma Análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império**. Revista Caminhando v. 13, n. 21, p. 61-78, jan.- mai. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro de Sombras**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CÉSAR, Waldo. **Para uma sociologia do Protestantismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAVANTE, Esdras Cordeiro. **Do Monopólio à Livre Concorrência: a liberdade religiosa no pensamento de Tavares Bastos (1839-1875)**. Mestrado em História da Unesp/Assis-SP. Dissertação. 2013.

COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, Rene (Org.). **Por uma História Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. **A Fundação do Império Liberal**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico**, Vol 1 – O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (FNDE), 2004.

DAGAMA, João Fernandes da. **Perseguição aos Calvinistas da Madeira**. Tipografia Magalhães e Gerlac, São João do Rio Claro, São Paulo: 1896.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso ou o Progresso como Ideologia**. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

_____. **O Processo Civilizador**. Vol. I: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.

_____. **O Processo Civilizador**. Vol. II: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

EVERY-CLAYTON, Joyce Elizabeth Winifred. **Um Discurso Missionário no Segundo Império: Robert Reid Kalley**. Tese (doutorado). Recife: STBNB, 1995.

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil: ou Diário de Uma Visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira**: com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. São Paulo: Itatiaia, 1976. Volume 28 da Coleção Reconquista do Brasil.

FERREIRA, João Cesário Leonel. **A Formação do Leitor Protestante Brasileiro em Meados do Século XIX: Análise de O Peregrino**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Caderno Seminal Digital, Ano 13, Nº 7, V 7 (Jan/Jun 2007).

FILHO, Evaristo de Moraes. **As ideias Fundamentais de Tavares Bastos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____. **Tavares Bastos e as questões do trabalho**. In: Carta Mensal, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Rio de Janeiro: CNC, 1978, pp. 35/48

FRAGOSO, Hugo. **A Igreja na formação do Estado imperial**. In: BEOZZO, Oscar (coord.). **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/2

FORSITH, Willian B. **Jornada no Império: vida e obra do Dr. Kalley no Brasil**. Tradução de Maurício Fonseca dos Santos Junior. São José dos Campos: Editora Fiel. 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no College de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. (Leituras Filosóficas)

FREIRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Topbooks, 2000.

_____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

GAÊTA, Maria Aparecida J. da Veiga. **Os percursos do Ultramontanismo de D. Lino Deodato de Carvalho (1873-1874)**. Revista Brasileira de História, 2003, vol.23, no.46, São Paulo.

GERSON, Brasil. **O Regalismo Brasileiro**. Brasília: Cátedra, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. (Biblioteca básica)

GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HAHN, Carl. **Breve Histórico dos Cultos Evangélicos no Brasil**. In: MARASCHIN, Jaci. **Culto Protestante no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 1985.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Coleção História e Historiografia.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico**, Vol 3 – Reações e Transações e Vol 5 - Do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (FNDE), 2004.

_____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. **Campo Religioso Brasileiro e História do Tempo Presente**. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades in Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá - PR: v. I, nº 3, 2009.

HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JUNIOR, Ismael da Silva. **Heróis da Fé Congregacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Batista da Silva, 1972.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os brasileiros. (esboço histórico e descritivo)**. Trad. de Elias Dolianitti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo** – Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Trad. Moacir N. Vasconcelos; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O Iluminismo num protestantismo de Constituição Recente**. Tradução de Prócoro Velasques Filho e Lóide Barbosa Velasques. Programa Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião. 1988.

_____. **O Protestantismo Brasileiro: Estudo de Eclesiologia e de História Social**. Tradução de Lineu de Camargo Scützer. 2 Ed. Rio de Janeiro e São Paulo, JUERP/ASTE, 1981.

LIMA, Abreu. **As Bíblias Falsificadas ou Duas Respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Christão Velho Abreu e Lima**. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867.

LOWY, Michael; VARIKAS, Eleni. **A Crítica do Progresso em Adorno**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo. Nº 27, p. 202-215. 1992.

LUCA, Tania Regina de. **A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. **Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **História dos, nos e por Meio dos Periódicos**. In: PINNSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. E ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. 3 vol. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Pmperial Instituto Artistico, 1876.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. **Walter Benjamin: crítica à ideia do progresso, história e tempo messiânico**. III Seminário Internacional Políticas de la memória. Buenos Aires, 2010.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O Pêndulo da História. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOREL, Marco; Barros, Mariana Monteiro de. **Palavra Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Um Estadista do Império**, vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone de C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

NEDER, Gizlene. **As Reformas Políticas dos Homens Novos (Brasil Império: 1830-1889)**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Modernidade e Questão Nacional**. Lua Nova, nº 20, maio de 1990, pp 39-53.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PADEN, William E. **Interpretando o Sagrado: modos de conceber a Religião**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156 p.

PEREIRA, Astrojildo. **Prefácio**, p. XXXVI. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**, vol. XI (1884), tomo I, Rio de Janeiro, 1945, pág. XXXVI)

PEREIRA, Lupércio Antônio. **Para Além do Pão de Açúcar. Uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos**. Doutorado em História Social da Universidade de São Paulo. Tese. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PONTES, Carlos. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875**. 2 ed, São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975. (Brasiliense v. 136)

PORTO FILHO, Manoel da Silveira. **Congregacionalismo Brasileiro**. 2 ed, Rio de Janeiro: DERP, 1997.

_____. **Robert Kalley, Apóstolo em Três Continentes: a epopeia da Ilha da Madeira.** Rio de Janeiro, 1987.

REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil.** São Paulo, Aste, 1993.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 248p.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira, aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Presbiteriana, 1981.

_____. **Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1973.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Religiões Acatolicas no Brazil (1500-1900).** In: Livro do Centenario de 1900. Rio de Janeiro, Escriptorio do Jornal do Commercio; [Londres & Edinburgo], [Impr. de Ballantyne, Hanson & Co.] 1901.

ROSSI, Agnelo. **Diretório Protestante no Brasil.** Campinas: Tipografia Paulista, 1938.

SANT'ANA, Moacir Medeiro de (Coord). **Tavares Bastos (Visto por Alagoanos).** Assembleia Legislativa de Maceió. Maceió, 1975.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889).** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

SANTOS, João Marcos Leitão. **A Ordem Social em Crise. A Inserção do Protestantismo em Pernambuco: 1860-1891.** Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH), 2008.

SANTOS, Lyndon de Araújo, **Os Mascates da Fé: contexto e cotidiano da igreja evangélica fluminense (1855-1900).** [dissertação] São Bernardo do Campo: UESP; 1995.

_____. **Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina.** Projeto História, São Paulo, n.37, p. 179-194, dez. 2008.

SANTOS JUNIOR, Aloísio Cristovam dos. **A Liberdade de Organização Religiosa e o Estado Laico Brasileiro.** São Paulo: Mackenzie, 2007.

SCAMPINI, José. **A Liberdade Religiosa nas constituições Brasileiras.** Petrópolis, Vozes, 1978.

SILVA, Maria da Conceição. **Catolicismo e Casamento Civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920)**. Revista Brasileira de História [online]. 2003, vol.23, n.46: 123-146.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Tavares Bastos: Um Titã das Alagoas**. Maceió: IHGB, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Panorama do Segundo Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TESTA, Michael P. **O Apóstolo da Madeira (Dr. Robert Reid Kalley)**. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. P. 68

VASCONCELLOS, Manuel de Santana e. **Revista Historica do Proselytismo Anti-Catholico Exercido na Ilha da Madeira pelo Dr. Robert Reid Kalley**. Funchal: Typographia do Imparcial, 1845.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

VIEIRA, Dilermando Ramos Vieira. **O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844 – 1926)**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

ZILLES, Urbano. **A Modernidade e a Igreja**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

Periódicos.

A Cruz: Jornal religioso, literário, histórico e filosófico (RJ, 1861-1864)

A Imprensa (MA, 1857-1862)

A Reforma: Órgão Democrático (RJ, 1869-1879)

Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ, 1844-1885)

Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (RJ, 1836-1888)

Correio Mercantil, e Instrutivo, Politico, Universal (RJ, 1848-1868)

Diário de Pernambuco (PE, 1840-1849)

Diário de São Paulo (SP, 1865-1878)

Diário do Maranhão (MA, 1855-1911)

Diário do Rio de Janeiro (RJ, 1821-1878)

Fluminense (RJ, 1864-1865)

Imprensa Evangélica (RJ, 1864-1892)

Indicador Alfabético da Morada dos seus Principais Habitantes (RJ, 1857-1881)

Jornal de Recife (PE, 1858-1938)

Jornal do Comércio (RJ, 1829-2013)

O Apostolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ, 1866-1901)

O Cearense (CE, 1846-1891)

O Globo: Órgão da Agência Americana Telegráfica dedicado aos interesses do Comércio, Lavoura e Indústria (RJ, 1874-1878, 1881-1883)

O Liberal Pernambucano (PE, 1852-1858)

O Novo Iris: Jornal Politico, Literário, Industrial e Mercantil (SE, 1850-1852)

O Púlpito Evangélico (RJ, 1874-1875)

Opinião Liberal (RJ, 1866-1870)

Publicador Maranhense (MA, 1842-1885)

Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ, 1832-1888)

Treze de Maio (PA, 1845-1861)